

**ESTADO DO MARANHÃO  
DEFENSORIA PÚBLICA  
CORREGEDORIA GERAL**

---

**PROVIMENTO Nº. 22, de 15 de janeiro de 2010.**

Dispõe sobre a apresentação de certidão referente à situação processual da respectiva vara de atuação em caso de férias ou licença do defensor.

**Considerando** que cabe à Corregedoria-Geral inspecionar a atuação dos membros desta Instituição, nos termos do art. 103 e 105, inc. I, da LC Federal nº. 80/94;

**Considerando** a aprovação, pelo Conselho Superior desta Defensoria Pública, do Regimento Interno que regulamentou as férias e licença, assim como estabelece critérios para aferição dos trabalhos desenvolvidos por cada membro desta Instituição para fins de promoção por merecimento;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Caberá ao defensor público, 3 (três) dias úteis antes de usufruir férias ou licença, apresentar à Corregedoria-Geral **certidão** subscrita pelo secretário judicial da vara de atuação respectiva, **informando acerca da situação dos processos sob a responsabilidade da Defensoria Pública naquele juízo** (p.ex., se há processos com carga, caso positivo quantos aguardam providências, prazo aberto para manifestar, ou se já foram devolvidos todos os processos sob responsabilidade do defensor, dentre outras informações que julgar relevantes para uma inspeção).

**Art. 2º.** Caso o defensor não esteja adstrito a nenhum juízo específico da Capital ou do Interior, rol do parágrafo único, **deverá firmar declaração que**

**ESTADO DO MARANHÃO  
DEFENSORIA PÚBLICA  
CORREGEDORIA GERAL**

---

**esclareça acerca de eventuais processos com carga, se há prazo a cumprir, bem como quanto à quantidade de documentação que ficará pendente aguardando o retorno do defensor.**

**Parágrafo único:** A declaração firmada aplica-se aos defensores do Núcleo de Atendimento da Família e Registro Público, Núcleo da Moradia e defesa Fundiária, Núcleo de defesa do Idoso, Portador de deficiência e da Saúde e Central de Inquéritos, Núcleo de Atendimento Cível, assim como aos com atuação junto às Varas Cíveis e da Fazenda Pública na capital, em razão do número de varas assistidas por cada defensor.

**Art. 3º.** A não observância, em tese, caracterizará desídia funcional, sujeitando o defensor público a procedimento investigatório preliminar a ser iniciado, *ex officio*, pela corregedoria-geral.

**Art. 4º.** O presente provimento entra em vigor na data de sua publicação, sendo aplicável aos defensores que entrarão em gozo de férias ou licença a partir do mês de fevereiro/10.

São Luís (MA), 15 de janeiro de 2010.

Defensor Público **José Augusto Gabina de Oliveira**  
Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.